

O "risco Brasil"

Dívida Externa

O movimento que os deputados Miro Teixeira e José Genoíno iniciaram para incluir, na revisão constitucional, a antecipação das eleições gerais de 1994 (reduzindo, portanto, o mandato do presidente Itamar Franco, dos atuais deputados e de dois terços dos senadores) pode ser tomado como sinal dos tempos. Sem entrar no mérito jurídico-constitucional da proposição, ou em seus aspectos políticos, cabe assinalar que ela indica que alguns integrantes da classe política, possivelmente alguns setores dela, tomaram consciência da gravidade da crise, que o País está dessangrado, mas a vontade de encontrar o caminho da recuperação não existe.

Seria perder tempo enumerar os fatos que levam a descrever de uma mudança profunda de mentalidade na classe política. Essa descrença alimenta o desconforto em que se sente a opinião pública diante do futuro próximo, quando se verá de frente com candidaturas à Presidência da República. Melhor do que arrolar dados será remeter o leitor à reportagem que publicamos ontem em nosso caderno *Economia & Negócios* sobre o aumento do "risco Brasil" que vai ser determinado aos bancos credores norte-americanos pelo governo de Washington. Em poucas palavras, o Brasil tornou-se um país de alto risco para quem empresta dinheiro ao governo brasileiro.

A magnitude desse risco, convém que

fique claro, não decorre do montante da dívida externa, nem da dificuldade que se está encontrando, agora, para fazer os bancos credores estabelecer uma melhor distribuição entre as diferentes formas de pagamento que o Brasil lhes ofereceu e eles escolheram. Ela reside, pura e simplesmente, no fato de que o governo norte-americano (e, como ele, vários outros, apesar dos desmentidos diplomáticos que se possam opor a notícias sobre o assunto) não vê perspectivas de que se faça esforço sério de parte do Executivo ou do Congresso brasileiros para estabelecer um programa confiável de estabilização da economia. Resumidas as razões, poder-se-ia dizer, para vergonha nossa, que a comunidade internacional se cansou de aceitar cartas de intenções que escondiam a impossibilidade de realizar qualquer política e também não quer que se pense que ela se deixa enganar pela retórica dos que agora pretendem não fazer carta de intenção nenhuma, certos de que ninguém mais acredita nelas.

Tudo isso somado, o Brasil perdeu credibilidade no Exterior.

Seria o caso de perguntar: poderia ser diferente? Depois da moratória de 1986, quantos planos se fizeram para estabilizar a economia? Quantos deles contribuíram,



em vez de recuperar o valor da moeda, para aviltá-lo ainda mais, além de desorganizar a tal ponto a economia que se perdeu a noção de preços relativos? Qual a real demonstração que deu o Executivo, ou o Congresso, de que pretende remover o controle governamental sobre a economia? Enquanto, no governo Itamar Franco, se divulga que se pretende acelerar a privatização, noticia-se também que se quer fazer um controle inteligente (?) de preços, ao mesmo tempo que, na Câmara dos Deputados, se aprova projeto, que sobe ao Senado, colocando a Embraer entre as empresas que, como o Banco do Brasil, não podem ser privatizadas.

Como as coisas no Brasil não apresentam sinal de que possam mudar, não estranha que a atitude do governo norte-americano seja de precaução, para não dizer de suspeita. Aliás, que impressão pode causar no Exterior um governo que, nas negociações técnicas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), não consegue explicar como fará para administrar a economia em 1993, mesmo porque não tem Orçamento? Ou que expectativa favorável pode oferecer um governo que demite sem explicações razoáveis um ministro da Fazenda no dia em que chega a missão

do FMI para negociar com ele? Será difícil entender por que o sentimento de frustração e quase pânico (ainda que não confessado) dos deputados Miro Teixeira e José Genoíno seja o mesmo dos representantes do governo norte-americano, ou da comunidade financeira internacional?

Os integrantes do Executivo e o Congresso Nacional ainda não se deram conta de que nesse faz-de-conta em que transformaram o Governo (com maiúscula, neste caso) comprometem qualquer tipo de planejamento não impositivo que a comunidade internacional, a começar pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), possa fazer para a América Latina. Não expõem a risco apenas o planejamento para o desenvolvimento; comprometem também o bom nome do País. Não estamos, agora, citados juntamente com o Peru, entre os países que impedem ou dificultam a recuperação econômica latino-americana exatamente porque o Poder Executivo e o Congresso Nacional não se preocupam com a estabilização econômica?

Sem dúvida alguma, no Executivo e no Congresso vão se levantar vozes nacionalistas para defender a imagem do Brasil. Essas vozes não vão poder, no entanto, transformar a realidade, que se espelha cada vez mais dramática — sem que se vislumbre vontade de pôr termo a esta situação — nos relatórios do IBGE.